

“Ficam revogadas a Lei n.º 423, de 27 de novembro de 1963, a Lei n.º 331, de 15 de maio de 1963, e a Lei n.º 15, de 11 de agosto de 1961, e restabelecida a redação primitiva do item X do art. 77 da Lei n.º 880, de 17 de novembro de 1956”.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, inconformada com a sanção do projeto, dirigiu Representação ao Procurador-Geral da República, sob a alegação principal de que, com aquela sanção, fôra violado o disposto no artigo 11 da Constituição da Guanabara, cujo teor consagra o método tradicional de discussão e votação de cada projeto, o que, na hipótese, não ocorrera. Sancionando projeto que não tramitara regularmente — o entendimento é do Legislador — o Executivo incorrera em usurpação de atribuições próprias de outro Poder, transgredindo, assim, o princípio da independência e harmonia dos Podêres.

A Representação, interposta com base no artigo 7.º, item VII, inciso b, da Constituição Federal, foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, que proclamou a inconstitucionalidade da Lei n.º 578, do Estado da Guanabara.

Comunicado o julgamento ao Senado Federal, por êste foi baixada a Resolução suspendendo, por inconstitucional, a execução da citada Lei n.º 578. Dessa Resolução tomou ciência o Governador do Estado da Guanabara, através de ofício que lhe foi dirigido pelo Presidente do Senado Federal. Por sua vez, a comunicação do Senado foi encaminhada à Assembléia Legislativa, competente, na forma da Constituição da Guanabara (art. 5.º, VI), para suspender, no Estado, a execução de leis inconstitucionais.

Queira responder:

a) quais os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 578, sabendo-se que a principal arguição da Assembléia Legislativa, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, residia na irregular e incompleta tramitação do respectivo projeto?

b) as Leis n.ºs 423, 331 e 15, revogadas expressamente pelo art. 4.º da Lei n.º 578, readquiriram vigência, com a declaração de inconstitucionalidade da Lei revogada?

c) finalmente, a partir de que momento a declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 578 produz efeitos:

1. — a partir da publicação do Acórdão do Supremo Tribunal, proferido na Representação?
2. — a partir da publicação da Resolução do Senado Federal, suspendendo a execução da Lei?
3. — ou a partir da publicação da Resolução da Assembléia Legislativa da Guanabara?

8. Prova Escrita de Direito Tributário

Quesito n.º 1

A União ocupou ilegalmente um terreno urbano. Fica o proprietário do terreno exonerado do pagamento do impôsto territorial durante o tempo que durar a ocupação?

Quesito n.º 2

Uma pessoa promete vender a outra um terreno, recebendo, no ato da promessa, a totalidade do preço do terreno. No mesmo ato se obriga a construir um prédio no citado terreno, cujo preço será pago em prestações à medida que a construção se faz. No contrato consta a cláusula de rescisão da promessa de venda do terreno e perda dêste e da construção, caso as prestações desta não sejam pagas.

— Caso todos os pagamentos sejam feitos até final, deve o valor da construção deixar de ser incluído na base do cálculo do impôsto de transmissão *inter vivos*?

Quesito n.º 3

Um casal adquire um imóvel e, na respectiva escritura de compra-venda, faz doação do mesmo imóvel a seus filhos, pagando o impôsto de transmissão *inter vivos*, e reservando, para si, o usufruto. Falecido o casal, os filhos requerem em juízo a conseqüente extinção do usufruto.

— Há impôsto a pagar por essa extinção?

Quesito n.º 4

O inventariado faleceu no estado de casado, sob comunhão de bens. O cônjuge sobrevivente declara a existência de bens e um único herdeiro, filho do casal. Êste, pronunciando-se sobre as primeiras declarações, comprova a ausência de ascendentes vivos do *de cuius*, e, manifestando o desejo de que sua mãe venha a ser favorecida, renuncia à herança.

— Há ou não impôsto a pagar por êsse ato?

Quesito n.º 5

O Estado da Guanabara cobra de determinada empresa, que exerce o comércio de gasolina e combustíveis líquidos, o impôsto de indústrias e profissões.

Defendendo-se dessa tributação, alega a empresa ser ilegal e inconstitucional o lançamento feito para que pague o impôsto de indústrias e profissões, porquanto, além do impôsto único sobre combustíveis, que já

paga, é vedada qualquer outra tributação, quer seja federal, estadual ou municipal, conforme dispõe a Constituição da República e legislação regulamentadora da mesma.

— É cabível a alegação da empresa no tocante à ilegalidade e inconstitucionalidade do lançamento e cobrança do imposto de indústrias e profissões?

— O imposto único sobre combustíveis absorve e exclui a incidência do imposto de indústrias e profissões?

Quesito n.º 6

Na exportação de mercadoria produzida em outro Estado da Federação, uma firma exportadora se nega a pagar ao Estado da Guanabara, local da operação de venda da mercadoria para o exterior, o imposto sobre vendas e consignações, sob a alegação de que a saída da mercadoria para o exterior somente sujeita o exportador ao pagamento do imposto de exportação estabelecido no item V do art. 19 da Constituição Federal.

— É compatível ou não a cobrança do imposto de exportação com o de vendas e consignações?

— O Estado onde se opera o negócio de venda para o exterior pode cobrar o imposto sobre vendas e consignações, apesar de devido ao Estado, onde se produziu a mercadoria, o imposto de exportação?

9. Prova Escrita de Direito Privado

Quesito n.º 1

João faleceu no estado de solteiro. Habilitaram-se à herança três irmãos do *de cujus*. Os três prédios de que se compunha o acervo hereditário foram partilhados entre os herdeiros, cabendo um prédio a cada um. A partilha foi homologada por sentença de 1940 e os formais transcritos no Registro de Imóveis. Um dos herdeiros, Joaquim, deu o imóvel em pagamento a Manoel em 1940, que, por sua vez o vendeu, em leilão, a Alfredo.

Todavia, em 1942, Suplicio move ação de investigação de paternidade, sendo reconhecido como filho natural de João, o *de cujus*.

O herdeiro Joaquim, provando ser indevido o pagamento feito a Manoel, move ação de reivindicação contra Alfredo.

O filho natural move ação contra os irmãos do *de cujus* e contra Alfredo para reivindicar os bens que lhes foram partilhados indevidamente.

As duas ações, propostas em 1944, são reunidas para um só julgamento.

Dar solução fundamentada às controvérsias, examinando os possíveis argumentos dos diversos interessados.

Quesito n.º 2

A Procuradoria de Sucessões foi aberta vista do testamento de X, domiciliado no Estado da Guanabara, falecido sem herdeiros legítimos, desquitado, em virtude de ação que moveu contra sua mulher com fundamentação no art. 317, II do Código Civil. Pelo testamento, elaborado na constância da sociedade conjugal, sua mulher fôra instituída herdeira universal dos bens que possuía. Na oportunidade da sucessão já se realizara inventário e partilha conseqüentes ao desquite.

— Que cabe ao Estado requerer?

— Que medidas complementares devem ser adotadas?

Quesito n.º 3

Caio pediu ao seu amigo Tício que levasse o seu automóvel a um mecânico para verificar o funcionamento dos freios.

Paulo emprestou o seu carro ao seu filho maior Pedro, que com êle trabalha numa empresa de publicidade.

Num cruzamento, o carro de Caio, dirigido por Tício em excesso de velocidade, colidiu com o automóvel de Paulo, dirigido por Pedro, que entrou numa rua em contramão.

Em virtude do choque, o carro de Paulo danificou um jipe do Estado.

Minutar a inicial da ação do Estado, fundamentando-a de acordo com a lei, a jurisprudência e a doutrina.

Quesito n.º 4

Em execução por quantia certa, contra o Estado da Guanabara, sem que tenha ocorrido condenação em juros de mora, o exequente, depois de paga a importância devida, constante do precatório, requereu fossem os autos ao contador para cálculo de juros de mora desde a data de sua expedição até o efetivo pagamento, em 10 de agosto de 64, alegando:

a) que o Decreto n.º 22 785/33 foi revogado pela Lei n.º 4 414, de setembro de 1964;

b) que tais juros são devidos, independentemente de condenação, porque relativos a mora posterior à decisão exequenda.

Redigir, na qualidade de Procurador, a impugnação do Estado a essa conta.

Quesito n.º 5

Em face da legislação vigente, qual a posição dos filhos naturais reconhecidos na constância do casamento, dos adotados e dos legitimados adotivos concorrendo com filhos legítimos supervenientes?